



CTA-CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

PROPOSTA DA CTA PARA O ENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO NA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Documento para discussão

INTRODUÇÃO

O Governo de Moçambique tem vindo a executar um amplo e ousado programa de reforma tributária para modernizar e fortalecer o sistema tributário. No entanto, os empresários expressam profunda preocupação sobre os efeitos da reforma no desenvolvimento do sector privado.

Na última conferência anual do Sector Privado foi apresentado um estudo elaborado pela Nathan Associates (Dezembro de 2004) que avaliou os efeitos da reforma fiscal e propôs ajustamentos que garantissem um alinhamento dos interesses do Governo e do Sector Privado.

Esse estudo foi apresentado ao Governo e tem vindo a ser discutido nos encontros regionais do Sector Privado promovidos pela CTA, com o objectivo de ser obtido um consenso sobre o desenvolvimento dum plano de acções entre a CTA e o Governo que concorra para o objectivo comum, que é o do aumento da Receita e, conseqüentemente do desenvolvimento económico do País.

OBJECTIVO

O presente documento reflecte os resultados desses encontros e procura encontrar uma plataforma de entendimento entre a CTA e o Ministério das Finanças quanto ao desenvolvimento das acções necessárias à optimização do sistema tributário.

PRESSUPOSTOS DE BASE

O Sector Privado está consciente de que:

- O objectivo da tributação de impostos é mobilizar a receita necessária para o financiamento de bens e serviços, absolutamente indispensável a qualquer país;
- O sistema tributário deve atingir um nível apropriado de receita tão eficiente e razoável quanto possível, tendo em conta a sua influência determinante nas decisões económicas dos contribuintes, quer singulares, quer colectivos, bem como a sua influência na justiça social e desenvolvimento económico equilibrado e harmonizado com os recursos existentes no País.

PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DO SECTOR PRIVADO

Da compilação efectuada pelo estudo acima mencionado e do resultado das reuniões havidas subsequentemente com empresários, têm ressaltado as seguintes conclusões, que gostaríamos de agrupar em duas áreas distintas:

De âmbito estratégico

1. Em primeiro lugar, é de destacar o diálogo deficiente existente entre o Sector Privado e o Governo, representados, respectivamente, pela CTA e Ministério das Finanças, nomeadamente no que respeita ao sistema de Impostos, já que na área das Alfândegas os mecanismos de consulta e discussão já foram encontrados e regista-se uma colaboração positiva.
2. Em segundo lugar a informação ao público mostra-se também deficiente. A falta dum entendimento claro sobre as razões e fundamentação que conduzem às alterações do sistema tributário provoca reacções negativas, que poderiam ser evitáveis se houvesse maior informação e entendimento das mesmas.
3. Em terceiro lugar, mas não menos importante que as questões anteriores, é a atitude da Administração Fiscal, correntemente muito mais repressiva, do que educativa, contribuindo para uma hostilidade crescente e não desejável, entre o Sector Privado e a Autoridade Fiscal. A cobrança da multa tornou-se mais importante do que a cobrança do imposto justo e equilibrado, ou pelo menos, essa é a percepção do empresariado.

De âmbito operacional

1. A atitude repressiva acima mencionada conjugada com a falta de transparência e alguma arbitrariedade no julgamento de certas prevaricações fiscais dos contribuintes, favorecem a percepção da existência de corrupção das autoridades fiscais e a um cansaço generalizado dos actuais contribuintes analisado em duas vertentes: Por um lado os contribuintes não vêem o benefício prático do pagamento dos impostos e por outro lado sentem-se vítimas da prepotência e arrogância das autoridades fiscais.
2. A complexidade do cálculo dos impostos é uma preocupação frequente, que conjugada com a deficiente informação ao público e o deficiente diálogo entre a CTA e o MF acima mencionados conduz, em certa medida, à evasão fiscal e/ou corrupção das autoridades fiscais, com prejuízo para o crescente aumento da receita.
3. A base tributária é muito estreita, quer por razões de fraco desenvolvimento económico do País, quer por razões de evasão fiscal e as acções da reforma tributária têm privilegiado um aumento da receita por via do aumento das taxas dos impostos, antes de procurar aumentar a base tributária.
4. Estudos comparativos com os sistemas de impostos da região mostram que as taxas de impostos praticadas no País são, em média, as mais altas prejudicando o desenvolvimento da competitividade dos produtores nacionais *versus* importação.
5. O favorecimento de novos investidores em detrimento de empresas existentes cria problemas à competitividade. Os incentivos fiscais quando bem administrados podem ser um sucesso para o desenvolvimento da economia,

- mas também podem ser um desastre, quando não houver a devida avaliação e controlo. Por outro lado a protecção em demasia da indústria nacional pode estimular também a ineficiência e perda de qualidade.
6. As demoras no reembolso do IVA e os pagamentos por conta no IRPC provocam quebras no *cash-flow* das empresas e acréscimos nos seus custos financeiros.

CONCLUSÕES

Das preocupações apresentadas pelo Sector Privado conclui-se que as de âmbito estratégico são as mais urgentes de ser resolvidas e condicionam a resolução das de âmbito operacional. Por outro lado, as de âmbito estratégico dependem apenas da vontade política de se alterar comportamentalmente a atitude do Governo face a uma situação que se mostra difícil de resolver, já que o Sector Privado se mostra hostil ao pagamento de impostos.

As preocupações de âmbito operacional carecem, na sua maioria, de estudos técnicos, (principalmente a curva "Laffer"), que analisem os resultados do actual sistema tributário, em termos de elasticidade da receita e criem condições para se produzirem ajustamentos tendentes à sua maximização.

A CTA encontra-se disponível para apoiar o Governo a encontrar soluções para a melhoria da sua capacidade analítica para a realização desses estudos e a partilhar e discutir os resultados.

Em anexo, junta-se um conjunto de oportunidades de melhoria recolhido do estudo atrás referido que propomos servir de base à elaboração dum plano de acções entre a CTA e o Ministério das Finanças para o estreitamento de relações entre estas entidades.

Maputo 26 de Outubro de 2005